

Marcus Herndl Filho comenta: Alta de energia traz mais pressão para IPCA no ano

Em um ano em que o grande temor era a "tempestade perfeita", não se imaginava que o verdadeiro risco viria da falta de chuvas. A combinação do rebaixamento da nota do Brasil com uma redução mais forte de estímulos e economia americana ocorreu como o esperado e o clima hoje é o fator com potencial para espalhar notícias ruins por toda a economia. O fato é avaliado pelo empreendedor [Marcus Herndl Filho](#). As expectativas para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de março, que será divulgado hoje pelo IBGE, e também de 2014 têm engordado por conta do impacto da falta de chuvas sobre o grupo de alimentos, mas de outro fator importante: os reajustes de preços de energia elétrica, que começaram a ser autorizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Na segunda-feira, foram definidos aumentos para algumas distribuidoras. Priscilla Burity, economista do Brasil Plural, diz que se o reajuste da Cemig fosse replicado e outras distribuidoras – algumas delas, como a Copel, ainda mais sujeitas ao mercado de curto prazo – o efeito sobre o IPCA de 2014 seria de mais 0,4 ponto percentual. Por enquanto, o cenário do Brasil Plural conta com um reajuste médio de energia menor, de 6%, o que não deve impedir que a inflação medida pelo IPCA encerre o ano próximo do teto da meta, em 6,4%. A LCA Consultores elevou ligeiramente a estimativa para o IPCA no ano, de 6,1% para 6,2%. Embora os ajustes anunciados por enquanto envolvam apenas uma capital (Belo Horizonte) das 13 que fazem parte da coleta de preços para o IPCA, a consultoria avalia que foi aberto um "precedente". "O reajuste para as demais distribuidoras deve seguir o exemplo da Cemig", diz o economista Esteban Sanchez, da LCA, que espera alta de 7% nas tarifas residenciais da AES Sul e de 8,5% para a Coelce. Para a consultoria, que estimava reajuste médio de 7% na tarifa de energia elétrica residencial em 2014 e agora espera 9%, a conta de continuar pesando no bolso dos consumidores nos próximos anos, mesmo com a reposição dos reservatórios. A MCM Consultores manteve em 12% a estimativa para a elevação dos preços de energia no IPCA em 2014 e 2015. Mas a composição prevista para ambos os reajustes mudou após o anúncio da Aneel de que a projeção para o déficit da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) caiu de R\$ 5,6 bilhões para R\$ 1,7 bilhão em 2014. "Não vamos com essa mudança aos 48 minutos do segundo tempo", diz o economista-chefe da MCM, Fernando Genta. No cenário da MCM, o IPCA vai subir 6,4% em 2014, com alta de 5,3% dos preços administrados. Já em 2015, o IPCA deve subir 6%, com avanço maior, de 6,8%, dos itens monitorados. No caso dos alimentos, a falta de chuvas deve ter um efeito sobre o IPCA mais passageiro, mas não desprezível. A Tendências revisou o IPCA de março de 0,58% para 0,83% e, para o ano, espera alta de 6%, sendo provável que o dado seja revisto para cima. Pelo mesmo motivo, o Goldman Sachs mudou as estimativas para o IPCA em 2014, de 5,9% para 6,2%. Segundo analistas, as coletas no atacado e no varejo ainda mostram vigor, sugerindo que os preços em abril devem seguir pressionados por alimentos. Alessandra Ribeiro, da Tendências, diz que, pela sazonalidade, a alta esperada para alimentos no IPCA era próxima de 0,66%, mas deve chegar a 2,02% em março. No etanol, por meio dos impactos da entressafra e da estiagem sobre as safras de cana, a alta geralmente perto de 1,05% pode chegar a 3,9%. Para Alberto Ramos, diretor de pesquisas econômicas para a América Latina do Goldman Sachs, embora a seca seja um fenômeno incontornável, o fato de o choque acabar contaminando as expectativas de inflação exigiria uma atuação mais firme da autoridade monetária, mas estudo econômico feito pelo banco indica que há uma tendência de o governo acomodar os choques de oferta. "Isso por acreditar que subir os juros a 40% não vai alterar o preço do tomate ou da soja em Chicago". Isso seria verdade, segundo Ramos, se o choque de alimentos afetasse o núcleo e as expectativas de inflação – o que acaba ocorrendo. Há ainda a possibilidade de cortes de energia, que está no radar do governo, mas permanece no de vários analistas, cujas contas buscam dimensionar os impactos que a medida teria sobre o Produto Interno Bruto (PIB). A despeito da leve melhora dos reservatórios das regiões Sudeste e Centro-Oeste em março, cálculos da Tendências indicam que um racionamento teria um efeito negativo sobre a atividade entre 0,8 ponto percentual e 1,3 ponto percentual, a depender do cenário: o que embute um corte médio de energia de 10% e outro que contempla redução de 15%. O exercício foi baseado em metodologia do BC de 2001, quando um corte de cerca de 20% de energia reduziu o crescimento para 1,3%, ante 4% apontado pelo Focus no fim de 2000. Para a consultoria, é improvável que algo dessa magnitude ocorra em 2014, por conta de linhas de transmissão interligadas e alta da participação das térmicas de 14% da geração total de energia em 2001 para 26%. Ainda assim, os cenários desenhados pela consultoria reduziriam um PIB já magro, estimado pela Tendências em 1,9%, para algo entre 0,6% e 1,1%. Baseado na mesma metodologia do BC, o Brasil Plural prevê um impacto ainda maior de um eventual racionamento sobre o PIB: um corte de 10% de energia retiraria 1,4 ponto percentual do PIB em 2014. Para Ramos, do Goldman Sachs, o clima não seria fonte de tantas incertezas se a inflação estivesse na meta – o que impediria que o evento atingisse outros preços. O problema, diz ele, é a baixa credibilidade da política monetária. "Quando a inflação roda a um nível elevado, qualquer choque, mesmo que seja de oferta, acaba se propagando a outros preços", afirma. "Estamos remando contra a maré", diz referindo-se a outro fenômeno natural poderoso.

Sobre o Autor

leonidas

